



MEXER NAS FREGUESIAS? SÓ POR REFERENDO!

A Assembleia da República aprovou na generalidade a proposta de Lei 44/XII do Governo PSD/CDS que visa impor uma redução drástica de freguesias. Se for aprovada em votação final, as Assembleias Municipais terão três meses para se pronunciarem e, se não acatarem a vontade do governo, uma “unidade técnica” proporá o novo mapa de freguesias à aprovação da maioria de direita no Parlamento.

RAZIA NAS FREGUESIAS

Uma freguesia urbana terá de ter pelo menos 20 mil habitantes, sem se perceber qual o critério geográfico, económico ou social deste limiar. Boa parte dos municípios da Europa tem um número de habitantes inferior ao que querem agora impor às freguesias portuguesas. Sejam claros: o Governo quer extinguir mais de metade das freguesias urbanas e 25 % a 35 % das rurais, às cegas, contra as Assembleias Municipais, ignorando as Assembleias e Juntas de Freguesia e mesmo contra a vontade das populações.

QUEM TEM MEDO DO REFERENDO?

Ao aprovar a proposta do Governo, o Parlamento rejeitou o projeto do Bloco que, admitindo ajustamentos no mapa das autarquias, respeitava os órgãos autárquicos e dava a decisão final a um referendo local vinculativo.

Infelizmente, os restantes partidos de oposição também votaram contra o referendo, não percebendo ou não querendo perceber que esta expressão direta da vontade das populações é hoje a melhor forma de enfrentar o assalto da direita à democracia local.

Muitas Assembleias Municipais já aprovaram moções em defesa do Referendo local, entre as quais: Azambuja, Barcelos, Barreiro, Beja, Braga, Coimbra, Guarda, Lagos, Lisboa, Loures, Palmela, Portimão, Salvaterra de Magos, São Pedro do Sul, Valongo, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vouzela e a Assembleia Metropolitana do Porto e outras que continuam a pronunciar-se.

FREGUESIAS - O ELO MAIS FRACO

Se o objetivo era reduzir despesas, a pretexto do acordo com a Troika, não se percebe por que começam pelas freguesias. As transferências diretas do Orçamento de Estado para as 4259 freguesias representam hoje menos de 0,1% da despesa.

A reforma administrativa anunciou-se ambiciosa, mas esquece a Regionalização e ataca o elo considerado mais fraco: as freguesias. Isto é falta de coragem política. Por agora, os municípios, “osso mais duro de roer”, são apenas “convidados” a fundirem-se voluntariamente. Ficam em lista de espera...

Pela proximidade com as populações, as freguesias têm hoje um papel insubstituível, em particular no interior do país e nas periferias urbanas, onde as pessoas se identificam com a “sua freguesia”.

Depois do encerramento da escola, do posto médico, dos correios, da farmácia e do posto da GNR, a Junta de Freguesia é o último elemento da presença do Estado. Em muitos casos é um balcão único de serviços públicos, nomeadamente na área social. Em geral, resolve problemas de forma mais barata porque utiliza a proximidade.

EM DEFESA DA DEMOCRACIA LOCAL

É possível que, em centros urbanos com identidade partilhada, algumas freguesias entendam vantajoso um processo de agregação. O BE não tem uma posição fechada a este respeito. Mas só a vontade popular, expressa por referendo, poderá legitimar tal decisão. Ela não pode ser imposta por uma “unidade técnica” contra a vontade e a decisão democrática dos eleitores.

Na Grécia e na Itália, foram nomeados governos de tecnocratas autoritários ao serviço das exigências da finança. Não admitimos que, em Portugal, a “tecnocracia” substitua a democracia local.

**O princípio fundador da nossa Democracia tem de ser defendido:
O POVO É QUEM MAIS ORDENA!**